

# **Linhas de Acção Governativa para o ano de 2016 na área dos Transportes e Obras Públicas**

**Secretário para os Transportes e Obras Públicas,  
Raimundo Arrais do Rosário**

9 de Dezembro de 2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,  
Senhoras e Senhores Deputados,

As expectativas da população em relação aos resultados da acção governativa da tutela dos Transportes e Obras Públicas são elevadas. Estamos cientes de que os nossos trabalhos têm implicações directas na vida dos residentes e na própria cidade e é para ir ao encontro das suas necessidades que esta equipa, formada por cerca de 3400 trabalhadores, não tem poupado esforços.

Por isso mesmo, antes de iniciar a apresentação propriamente dita das Linhas de Acção Governativa, gostaria de aqui expressar o meu reconhecimento pelo empenho com que esta equipa se tem dedicado à causa pública.

Melhorar a qualidade de vida da população e posicionar Macau como um Centro Mundial de Turismo e Lazer são as metas do Governo da RAEM que têm orientado, e continuarão a orientar, a acção governativa da área dos Transportes e Obras Públicas.

A resolução dos problemas desta tutela que mais preocupam os residentes, e que derivam do rápido crescimento da RAEM, não se cinge a medidas pontuais, mas exige antes planeamento, coordenação e decisões estruturadas para que as mesmas tenham impacto no presente e sobretudo no futuro da

cidade. É nesse sentido que temos estado a trabalhar, na definição dessas estratégias, concentrando esforços na resolução prioritária das questões que mais têm afectado a população. É para ela que trabalhamos diariamente, cientes de que as suas aspirações por mais e melhores condições de vida aumentam, da mesma forma que surgem novos desafios quando outros se ultrapassam.

Mas as adversidades não nos imobilizam. O processo de tornar Macau uma cidade cada vez mais moderna, onde os residentes gostem de viver e os visitantes sintam vontade de regressar, requer, de facto, tempo para surtir efeitos duradouros e temos estado empenhados em tornar esse tempo útil, de modo a criar bases sólidas para o futuro da Região.

## **BALANÇO DA ACÇÃO GOVERNATIVA EM 2015**

Quando apresentámos as Linhas de Acção Governativa para o corrente ano, estabelecemos como prioridades a organização dos serviços desta tutela, a resolução dos problemas mais prementes e pendentes, a definição de estratégias e planeamento das acções futuras, de forma a estarmos capacitados para responder aos inúmeros desafios que o rápido crescimento da RAEM criou.

Foi precisamente nisso que estivemos concentrados nos últimos meses: em identificar os principais constrangimentos à eficácia da acção governativa, em definir prioridades e medidas adequadas para ultrapassar esses mesmos constrangimentos e em garantir um funcionamento mais eficiente dos nossos serviços para melhor servir a população e contribuir para um desenvolvimento urbano mais equilibrado e sustentável.

Esta tutela apresentava carências ao nível de quadros dirigentes e de outros qualificados. Neste sentido, procedeu-se às nomeações para os cargos de direcção e chefia que se encontravam por preencher, tendo sido dada posse a sete directores e coordenadores, estabilizando-se, por agora, a equipa.

Iniciou-se também um processo de **reajustamento e reestruturação administrativa** para responder com mais eficácia às expectativas da população, às exigências do desenvolvimento da RAEM e às metas deste Governo.

Simultaneamente, optimizou-se o mecanismo de cooperação interdepartamental, simplificaram-se procedimentos administrativos que permitiram elevar a capacidade de execução dos serviços e reforçou-se a comunicação com a Assembleia Legislativa, os diferentes grupos sociais, a população e a comunicação social.

Detectados atrasos e suspensões de algumas das mais importantes **empreitadas de obras públicas**, decidiu-se priorizar a intervenção nesta área, definindo-se um plano no sentido de resolver os problemas e acelerar o seu andamento. Neste sentido, procedeu-se a negociações com os adjudicatários que se revelaram incapazes de cumprir pontualmente com o contratualmente estabelecido, bem como à coordenação da intervenção dos empreiteiros e à intensificação da fiscalização da execução das obras públicas.

Os resultados são claros e julgo que toda a população os reconhece. Sob medidas de acompanhamento mais exigentes foram impulsionadas obras públicas de grande envergadura, fundamentais para responder aos desafios que o desenvolvimento gerou. Conseguiu-se, assim, acelerar, por exemplo, as obras do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, que estarão concluídas até ao final deste ano, as obras do Metro Ligeiro, bem como iniciar a empreitada do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas.

Alcançou-se, através de negociações extrajudiciais, um acordo para a rescisão do contrato com o consórcio ao qual foi adjudicada a construção do Parque de Materiais e Oficina do Metro Ligeiro, o que permitirá retomar os trabalhos já em 2016. Até ao final deste ano, as obras das fundações, dos pilares e de dois terços do viaduto na Taipa estarão concluídas, tendo sido entretanto iniciada a construção do Centro Intermodal de Transportes da Barra.

De modo a aumentar a capacidade anual do Aeroporto Internacional de Macau, de 6 para 7,5 milhões de passageiros, foram também iniciadas obras de expansão da zona Norte do terminal que permitirão a ligação da infraestrutura ao Metro Ligeiro.

Por outro lado, as obras da primeira fase do novo Estabelecimento Prisional de Macau estão a ser finalizadas e os trabalhos da segunda fase foram adjudicados.

Perante a necessidade de se proceder a um **planeamento urbanístico** que garanta um crescimento da cidade mais equilibrado e sustentável, ajustado à realidade local e conciliador dos interesses públicos e privados, o Governo da RAEM iniciou, no corrente ano, os trabalhos para a definição da estratégia para o desenvolvimento urbano que servirá de base à elaboração do Plano Director.

As políticas do Governo Central têm oferecido novas perspectivas para o desenvolvimento urbano da RAEM e para o seu enquadramento ao nível do planeamento regional, tendo sido autorizada a construção de novos aterros com uma área total de cerca de 350 hectares. Neste sentido, foi realizada a terceira fase da consulta pública sobre o planeamento urbanístico dos Novos Aterros, com o intuito de envolver a população nesse processo para que as novas zonas urbanas possam ir ao encontro das suas necessidades.

Ainda este ano, será lançado o concurso para a elaboração do plano da Zona Leste da península de Macau, que abrange as imediações do Reservatório, do Terminal Marítimo do Porto Exterior e os Novos Aterros da Areia Preta e estará ligada à Zona A.

Com o desenvolvimento do Cotai e o crescimento demográfico que Macau tem registado, as três pontes que fazem a ligação entre a península e a Taipa já se encontram saturadas. Deste modo, com base em estudos técnicos e tendo em conta o plano de desenvolvimento dos Novos Aterros, o Governo da RAEM concluiu que a construção de uma nova ponte a leste da Ponte da

Amizade é a opção mais exequível para a quarta ligação rodoviária entre Macau e a Taipa, pelo que avançaremos com os trabalhos nesse sentido.

Dada a escassez de terrenos da RAEM, os mesmos têm uma importância acrescida no contexto local, pelo que o tratamento das concessões é feito em conformidade com a lei, em respeito pelos interesses da Região e em prol da melhoria da qualidade de vida da população.

Neste sentido, foi declarada a caducidade das concessões provisórias de arrendamento de 22 terrenos cujo prazo expirou, dando o Governo cumprimento à Lei de Terras, aprovada por esta digníssima Assembleia.

Está também a ser dado o devido acompanhamento, nos termos da legislação aplicável, aos casos de terrenos cujo prazo de arrendamento ainda não expirou, mas que ainda não foram aproveitados de acordo com as condições estipuladas nos respectivos contratos de concessão.

A nível legislativo e em linha com a política de planeamento urbanístico, entrou este ano em vigor o Regime de Qualificações nos Domínios da Construção Urbana e do Urbanismo, tendo sido criado, neste âmbito, o Conselho de Arquitectura, Engenharia e Urbanismo.

Na área dos **Transportes**, o Governo da RAEM chegou a acordo com uma companhia de autocarros sobre a revisão do respectivo contrato, garantindo-se, assim, o exercício da respectiva actividade de acordo com a lei e sob o princípio de defesa do interesse público.

Por outro lado, através de conversações, conseguiu-se que as seis operadoras de jogo passassem a garantir o transporte dos respectivos trabalhadores não-residentes a partir da fronteira Flor de Lótus, melhorando a acessibilidade aos transportes públicos na zona das Portas do Cerco.

No corrente ano, o Governo da RAEM atribuiu 200 novas licenças de táxis e abriu um concurso público para a atribuição de 100 licenças de rádio-táxis, no sentido de colmatar as necessidades.

Com vista a promover uma utilização mais racional dos veículos particulares e tendo em conta que as tarifas do estacionamento se encontravam desactualizadas, iniciou-se o ajustamento do tarifário dos parques públicos que passou a variar consoante o horário de utilização. Simultaneamente foram instalados parquímetros de uma hora, a título experimental, em zonas da cidade mais movimentadas, tendo em vista a diminuição do tempo de permanência dos veículos nesses lugares e o aumento da sua rotatividade, de modo a facilitar o estacionamento nas áreas da cidade com mais trânsito.

A **Habitação** é outra das grandes preocupações dos residentes e que, naturalmente, merece a maior atenção do Governo, pelo que têm sido envidados esforços para ir ao encontro das necessidades que têm sido manifestadas pela população.

Mais de 17 mil fracções de habitação pública das 19 mil que tinham sido planeadas estarão concluídas até ao final deste ano, com a finalização de mais de 1500 fracções.

Também ainda no corrente ano será terminado um estudo de viabilidade sobre a criação de um novo tipo de habitação pública, tendo em consideração as necessidades dos residentes sem capacidade aquisitiva no mercado privado e que, simultaneamente, não reúnem os requisitos de candidatura a habitação social, nomeadamente os jovens, em início de carreira, que urge apoiar.

A nível legislativo, foi alterada a Lei da Habitação Económica e elaborada a Lei da Actividade Comercial de Administração de Condomínios, entretanto aprovada na generalidade por esta Assembleia Legislativa, tendo ainda sido alargado o âmbito de financiamento do Fundo de Reparação Predial aos edifícios industriais.

Tendo em vista o desenvolvimento do sector das **Telecomunicações** e para responder às necessidades da população, o Governo da RAEM atribuiu, através de concurso público, quatro licenças com a validade de oito anos para a operação de redes públicas de 4G e prestação dos respectivos serviços.

Por outro lado, com a criação de 21 novos pontos de acesso ao serviço gratuito de Internet de banda larga sem fios “WiFi Go”, a cidade contará, no final do ano, com mais de 180 pontos de acesso disponíveis.

## **LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA 2016**

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,  
Senhoras e Senhores Deputados,

Depois dos esforços envidados para ultrapassar alguns dos problemas pendentes nesta tutela e depois de se proceder a uma organização dos serviços, foram definidas estratégias e planeadas as acções futuras, pelo que passarei agora a apresentar as nossas prioridades para o próximo ano.

### **1. Planeamento Urbanístico**

A elaboração do Plano Director é uma meta a que a tutela dos Transportes e Obras Públicas se propõe, pelo que vamos avançar, em 2016, com estes trabalhos. Neste sentido, serão desenvolvidos estudos estratégicos relativos ao desenvolvimento urbano que permitam definir orientações em matéria de planeamento urbanístico, tendo em conta a identidade da RAEM e a sua inserção regional. Após a definição da estratégia para o desenvolvimento urbano, serão então iniciados os trabalhos preparatórios para a elaboração do Plano Director.

Vamos também concluir a análise das opiniões recolhidas na terceira fase da consulta pública sobre o planeamento urbanístico dos Novos Aterros e o respectivo relatório será finalizado no primeiro trimestre de 2016. Posteriormente, serão lançados os concursos para os planos das zonas A, B e E1, em articulação com as políticas de habitação pública, de trânsito e com as necessidades ao nível de equipamentos e de diversificação económica.

Tendo em conta o desenvolvimento dos Novos Aterros, o Governo da RAEM vai também, no próximo ano, desenvolver os trabalhos preparatórios relativos ao projecto da quarta ligação rodoviária entre Macau e a Taipa.

Uma vez que se pretende promover um desenvolvimento urbano equilibrado e sustentável, iremos também identificar medidas viáveis para a requalificação e revitalização de zonas da cidade que carecem dessa intervenção, com base no conceito de “renovação urbana” e nos trabalhos do Conselho que será criado em breve para o efeito.

No que se refere à política de gestão de solos, o combate à ocupação ilegal de terrenos será intensificado e será dado o devido acompanhamento aos casos de terrenos que não tenham sido desenvolvidos no prazo e nas condições contratualmente estipuladas.

Os terrenos que venham a reverter serão alvo de um estudo para que seja decidida a sua forma de aproveitamento, em função da localização, do planeamento urbanístico, das políticas públicas e das necessidades socioeconómicas, sendo que será ponderado prioritariamente o seu aproveitamento para a construção de habitação pública nos casos que reunirem condições para tal.

## **2. Infra-estruturas**

Ao longo do próximo ano, o Governo da RAEM irá concluir algumas empreitadas públicas, procurará acelerar outras e lançará novos projectos indo ao encontro das necessidades do desenvolvimento urbano e de melhoria da qualidade de vida da população. Continuaremos empenhados em melhorar a gestão das obras públicas e em promover a sua execução dentro dos prazos e dos orçamentos previstos.

Esperamos ter o problema do fornecimento de areia para os Novos Aterros resolvido em 2016, através da cooperação com o Interior da China, de modo a que seja possível acelerar as obras da zona A. Os trabalhos da zona

Elcontinuarão a ser desenvolvidos e prevê-se arrancar com os projectos das obras de aterro das zonas C e D.

A construção do posto fronteiriço e dos parques de estacionamento na ilha artificial da ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau será realizada pelo Interior da China, estando a ser negociados os últimos detalhes do plano de execução.

O Governo da RAEM tem-se esforçado por ultrapassar todas as dificuldades com que se tem confrontado no desenvolvimento do projecto do Metro Ligeiro, encarado como parte da solução para os problemas de mobilidade na cidade e sobre o qual recaem, naturalmente, grandes expectativas da população. Tratando-se de um projecto de grande envergadura, tecnicamente complexo e inédito para a RAEM, a nossa prioridade é resolver os problemas relativos às obras da Linha da Taipa para depois promover a ligação à península de Macau.

Os trabalhos de construção civil da Linha da Taipa, com uma extensão de 9,3 quilómetros e 11 estações, serão finalizados até ao final do próximo ano. Com a rescisão do contrato com o consórcio que estava responsável pela construção do Parque de Materiais e Oficina, a obra será novamente adjudicada e prevemos que seja possível retomar a mesma em 2016.

O novo Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa entrará em funcionamento e serão optimizados os serviços no Terminal Marítimo do Porto Exterior.

Quanto ao Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, prevê-se a conclusão, no próximo ano, das obras das fundações do Instituto de Enfermagem e do Edifício Residencial para Trabalhadores e continuarão a ser realizados os mesmos trabalhos relativos ao Hospital Geral, ao Edifício de Apoio Logístico, ao túnel de serviço e ao Edifício de Administração e Multi-serviços.

Já as obras da segunda fase do novo Estabelecimento Prisional serão iniciadas em 2016.

### **3. Transportes**

Um parque automóvel e de motociclos numeroso, especialmente tendo em conta as limitações territoriais da RAEM, um serviço de autocarros que necessita de ser permanentemente ajustado dado o elevado número de utilizadores que regista – cerca de 520 mil por dia - e um serviço de táxis que se quer de maior qualidade e capaz de contribuir positivamente para a imagem de Macau enquanto Centro Mundial de Turismo e Lazer são alguns dos desafios a enfrentar na área dos Transportes.

Num território especialmente exíguo como o nosso, o problema do trânsito tem-se, de facto, agravado. Cerca de 129 mil motas e 119 mil carros circulavam nas estradas do território em Novembro, o que representa um aumento na ordem dos 4%, respectivamente, face ao mês homólogo do ano passado. A capacidade de suporte da nossa rede viária e o impacto ambiental desta situação são, portanto, matérias que requerem necessariamente uma especial atenção do Governo da RAEM.

A mobilidade é uma preocupação central da população e, naturalmente, uma prioridade do Governo, mas os resultados dependem de todos nós. Se, por um lado, se impõe a necessidade de uma utilização mais racional dos veículos, por outro, exige-se uma optimização da rede de transportes públicos.

Neste contexto, as políticas de Transportes para os próximos cinco anos serão ajustadas, de modo a promover a primazia dos transportes públicos, melhorar o ambiente rodoviário e controlar, indirectamente, o aumento do número de veículos particulares.

Neste sentido, serão iniciados os trabalhos para a elaboração de um lequadro dos transportes públicos e será criado, a título experimental, um corredor exclusivo para transportes públicos entre a Barra e a Doca do Lam Mau que funcionará em determinados períodos do dia.

No próximo ano, o Governo da RAEM procurará chegar a acordo quanto à revisão do contrato de serviço público com a última companhia de autocarros para que as três empresas fiquem a operar ao abrigo de contratos de concessão, tendo em vista a melhoria constante da qualidade dos serviços prestados à população e aos visitantes.

Por outro lado, serão emitidas 250 novas licenças de táxis, prevendo-se que, no final de 2016, haja 1600 a circular em Macau, e será concluída a revisão do Regime Jurídico relativo ao serviço de táxis para entrar em processo legislativo, abrangendo as regras de atribuição de licenças e o reforço da fiscalização, de modo a melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Tendo em vista uma utilização mais racional dos veículos privados, a melhoria da situação do trânsito na cidade e a protecção ambiental, vão ser também implementadas algumas medidas. As taxas e impostos aplicados a veículos particulares serão actualizados e as exigências na inspecção serão reforçadas com a entrada em funcionamento de um novo centro. As novas modalidades de pagamento do estacionamento vão continuar a ser implementadas num total de 25 parques públicos e será lançado um novo concurso público para a gestão de parquímetros.

Com a conclusão de três complexos de habitação pública com estacionamento no Fai Chi Kei, na Ilha Verde e na Taipa e com a entrada em funcionamento de outro parque público na Ilha Verde será possível disponibilizar, no próximo ano, 1750 novos lugares de estacionamento. Deste modo, passará a haver mais de 78 mil lugares para carros e motos em todo o território, cerca de 52 mil dos quais em parquímetros e cerca de 26 mil em parques públicos.

No sector da aviação, o Governo da RAEM vai implementar o Plano de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional, em diferentes fases e de acordo com as necessidades, ampliando e optimizando as instalações, de modo a aumentar a capacidade da infra-estrutura, a reforçar a sua ligação com os meios de transporte marítimos e terrestres e a elevar a conveniência dos passageiros.

#### **4. Habitação**

Além dos trabalhos com vista à conclusão das 19 mil fracções de habitação pública, está prevista a conclusão, no próximo ano, de cerca de 700 fracções sociais na Taipa e será dada continuidade às obras de 3400 habitações económicas, que deverão estar concluídas em 2017.

Também está planeada a construção de mais de 4000 fracções de habitação pública, pelo que o Governo da RAEM irá promover os trabalhos nesse sentido.

De modo a garantir uma utilização racional dos recursos públicos, continuará a ser reforçada a fiscalização da habitação pública, prestando-se particular atenção aos casos em que as fracções não são utilizadas para habitação própria.

Com o intuito de ajustar a política de habitação às necessidades actuais e de melhorar a gestão da habitação pública, prevê-se que, no próximo ano, entre em processo legislativo uma revisão global do regime jurídico da habitação social para posteriormente se proceder aos trabalhos de revisão da Lei de Habitação Económica.

Tendo em conta as necessidades habitacionais dos residentes sem capacidade aquisitiva no mercado privado e que não reúnem os requisitos de candidatura à habitação social, o Governo da RAEM vai avaliar a possibilidade de criação de um novo tipo de habitação pública e tomar uma decisão sobre esta matéria no próximo ano.

#### **5. Protecção Ambiental**

O rápido crescimento económico da RAEM, o aumento do número de residentes e visitantes e o próprio desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas, do qual Macau não se pode dissociar, têm exercido uma pressão crescente sobre o ambiente e criaram novos desafios que urge enfrentar. Macau, acompanhando as metas nacionais e a tendência mundial, pretende também dar um passo em frente no compromisso com um desenvolvimento mais sustentável e, por isso, a protecção ambiental é também uma das prioridades da acção governativa.

Neste sentido, iremos rever, no próximo ano, as políticas definidas para esta área até 2020, de modo a planear as estratégias a adoptar na fase seguinte. O Plano de Gestão de Resíduos Sólidos será promovido com base no princípio do “poluidor-pagador” e, uma vez que algumas infra-estruturas já não acompanham o rápido desenvolvimento da cidade, iremos proceder à sua optimização.

Através da cooperação regional, serão desenvolvidos projectos que possibilitarão o envio de materiais inertes resultantes de demolições e construções e de veículos abatidos para o Interior da China, o que permitirá diminuir a pressão que o seu tratamento exerce sobre Macau, dada a escassez de terrenos na RAEM.

Tendo em vista a redução da poluição atmosférica serão desenvolvidos trabalhos ao nível do controlo das emissões de gases com efeito de estufa, da promoção dos veículos ecológicos e da monitorização da qualidade do ar.

O Governo da RAEM vai, assim, reduzir o período de inspecção obrigatória dos veículos e promover a utilização de veículos eléctricos, pelo que serão instalados nos parques públicos cerca de 60 postos de carregamento. Esta tutela procurará dar o exemplo e, por isso, aquando da substituição de veículos pelos respectivos serviços, será privilegiada a aquisição de veículos ecológicos.

### **Outros trabalhos**

Uma vez que as estações de água estão concentradas na península de Macau, apesar do aumento do consumo se registar principalmente nas ilhas, será estudada a viabilidade da construção de uma nova estação de tratamento nessa zona e será iniciada a elaboração do projecto.

Na área das telecomunicações, os serviços 4G entrarão em total funcionamento em 2016, serão criados novos pontos de acesso ao serviço gratuito de Internet de banda larga sem fios “WiFi Go”, de modo a estarem disponíveis cerca de 200 no final do ano, e serão iniciados os trabalhos preparatórios relativos ao licenciamento das redes de *Triple Play*.

Nesta tutela continuará a ser promovido o reajustamento dos serviços e das equipas de projecto, a coordenação interdepartamental e a desburocratização de procedimentos, e serão introduzidas alterações nas atribuições e competências dos Conselhos Consultivos para que os respectivos trabalhos possam contribuir de forma mais eficaz para o processo de tomada de decisões.

Simultaneamente, pretende-se dar um passo na modernização dos nossos serviços, promovendo o uso das novas tecnologias para melhorar a eficiência dos trabalhos e será feita uma aposta no desenvolvimento de serviços electrónicos para agilizar a resposta às necessidades da população.

Perante a fase de ajustamento económico que a RAEM enfrenta e tendo em vista uma melhor gestão do erário público, promoveremos uma racionalização de recursos, procurando controlar o aumento do número de funcionários nesta tutela, manter ou idealmente reduzir o número de veículos e diminuir o número de lugares de estacionamento reservados nos parques públicos, libertando os mesmos em benefício dos residentes.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,  
Senhoras e Senhores Deputados,

Servir a população, corrigindo carências e respondendo às expectativas e exigências que qualquer sociedade gera é seguramente o objectivo mais desafiante de qualquer governação. Cada problema resolvido estimula e cria, simultaneamente, um novo desafio, novas e mais oportunidades de melhorar.

No entanto, para que os objectivos sejam cumpridos, é naturalmente imprescindível a cooperação de todos, Governo, Assembleia Legislativa, sector privado e população, e contamos com o vosso apoio para que a cidade que temos se aproxime cada vez mais da cidade que idealizamos.

Faço votos para que estes dois dias de debate sejam uma oportunidade para esclarecer esta nobre Assembleia e a população de Macau sobre os planos, estratégias e projectos da tutela dos Transportes e Obras Públicas, bem como sobre as dificuldades que enfrentamos e estamos empenhados em ultrapassar.

Muito obrigado.